

RADAR FEMINISTA



NO CONGRESSO NACIONAL

12 a 16 de outubro de 2020

O Brasil está queimando e o governo segue conivente com essas e outras barbaridades. A todo momento vemos medidas sendo tomadas para retirar direitos, para destruir territórios, fragilizar populações. Um triste país que ultrapassa 150 mil mortes por Covid-19, que trocou dois ministros da Saúde por se recusarem a adotar a posição negacionista do presidente em relação à pandemia. O agora Ministro da Saúde disse recentemente em entrevista, nunca ter ouvido falar do Sistema Único de Saúde – SUS antes de assumir o cargo.

Mesmo quando eles estão fazendo “o bem”, a solução pensada precariza a vida daquelas pessoas que já vivem com dificuldade. Os recursos para o Renda Brasil, Renda Cidadã (seja o nome que for), por exemplo, deveriam vir de um imposto sobre grandes fortunas, da taxaçoão dos lucros dos bancos. Mas nem pensar! A proposta é retirar o desconto simplificado do imposto de renda. O armistício entre Guedes e Maia, se unem no que importa pra eles: privatização, redução do Estado e de direitos.

No país em que vivemos é cada vez mais necessário nos cuidarmos e cuidarmos do coletivo, como forma de fortalecer e aprofundar relações democráticas. Esse por sinal foi o tema da live, organizada pelo Cfemea, Ativismo e Cuidado: oferecer um espaço de troca e compartilhamento de experiências, trazendo ao debate os temas do autocuidado e do cuidado coletivo nas diversas experiências de ativismo.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Proposta cobra esclarecimentos da ministra Damares sobre ações para impedir o acesso ao aborto legal

A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) apresentou o [RIC 1283/2020](#), solicitando explicações da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sobre as ações da ministra e de sua equipe para impedir que uma criança de dez anos de idade, estuprada pelo tio, tivesse direito ao aborto legal. O deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM) também solicitou informações à ministra, mas sobre o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro ([RIC 1286/2020](#)). O deputado apresentou o [RIC 1285/2020](#), com o mesmo teor, dirigido ao ministro da Justiça e Segurança Pública.

A deputada Érika Kokay (PT/DF), por sua vez, apresentou o [RIC 1301/2020](#) solicitando informações sobre os recursos destinados e efetivamente transferidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para manutenção da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal, desde 2019 até o momento, com a comprovação dos gastos e das ações que deveriam ter sido realizadas.

Mais uma proposta sugere aumento de penas no caso de estupro de vulnerável

O deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM) – o mesmo do item anterior, que pediu informações à ministra – também quer aumentar as penas relacionadas ao crime de estupro de vulnerável. O projeto dele é o [PL 4824/2020](#). A proposta também veda a concessão de saída temporária ao preso que tenha cometido crime hediondo.

Retomada de campanhas de prevenção do câncer de mama é sugerida ao Ministério da Saúde

A deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF) sugere a retomada de políticas públicas, programas e campanhas de conscientização sobre realização de exames preventivos no combate e tratamento do câncer de mama, pelo Ministério da Saúde. A iniciativa da deputada é a [INC 1068/2020](#).

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Mais uma proposta confusa e mal redigida, agora com a intenção de “proteger” as meninas grávidas

O deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) continua tentando emplacar projetos sobre direitos das mulheres. Ele apresentou o [PL 4840/2020](#) cria o programa Meninas Grávidas para a proteção e conscientização de crianças e adolescentes sobre a gravidez precoce.

O Executivo também está interessado no tema, mas numa ação mais simbólica. O [PL 4883/2020](#) ([MSC 571/2020](#)) altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para mudar a data da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência de fevereiro para 26 de setembro, sob o argumento que neste dia é comemorado internacionalmente o Dia Mundial da Prevenção da Gravidez na Adolescência.

Tipificar como crime o estabelecimento que proibir ou constranger a mãe na amamentação

É o que propõe o [PL 4837/2020](#), de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), que altera o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de tipificar como crime o estabelecimento que proibir ou constranger a mãe no momento da amamentação.

Condições de igualdade para alunas gestantes e lactantes

O deputado Otoni de Paula (PSC/RJ) apresentou o [PL 4870/2020](#), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A ideia é assegurar à aluna gestante e lactante o acesso aos conteúdos e avaliações dos respectivos cursos em condições de igualdade com os demais estudantes. Mas quem não conhece que compre, o deputado é integrante da Bancada Evangélica e tem um dos discursos mais radicais contra os direitos das mulheres.

Mais uma proposta ampliando os poderes das organizações religiosas

O deputado Otoni de Paula (PSC/RJ) apresentou o [PL 4873/2020](#), que inclui a possibilidade de as organizações religiosas figurarem como autoras nos processos que tramitam nos Juizados Especiais.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Proposta legaliza jogos de azar via “projeto para acolhimento de crianças e adolescentes”

O [PL 4833/2020](#), também de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), cria o projeto Oficinas do Bem, no âmbito do Ministério da Cidadania, para o acolhimento de crianças e adolescentes. Segundo a proposta, o custeio do programa será realizado através da regulamentação, pelo poder executivo, de loterias privadas que atuam no país, com a destinação de 2% (dois por cento) de toda a arrecadação obtida por estas empresas de exploração dos jogos no país, independentemente de sua sede.

Ajuda financeira para mulheres em situação de violência

A deputada Marina Santos (SOLIDARI/PI) é mais uma a tentar alterar a Lei Maria da Penha, para prever a possibilidade de concessão de auxílio aluguel, a critério do juiz, diante da situação de vulnerabilidade social e econômica da mulher em situação de violência. Seu Projeto é o [PL 4875/2020](#).

Já Alexandre Frota (PSDB/SP) quer estabelecer ajuda jurídica e financeira às mulheres vítimas de violência doméstica, concedendo um benefício no valor de um salário-mínimo mensal às mulheres consideradas de baixa renda, em virtude do seu afastamento do lar. Está no [PL 4834/2020](#), de autoria do deputado.

Deputado do PSL desconfia da palavra das mulheres que sofrem violência doméstica

O [PL 4814/2020](#), de autoria do deputado Nereu Crispim (PSL/RS), altera a Lei Maria da Penha e o Código Penal, para proteger os homens de falsas denúncias. Entre as mudanças propostas uma que expõem o absurdo do projeto: “as medidas protetivas de urgência não poderão ser concedidas de imediato, sendo necessária audiência das partes e manifestação do Ministério Público, devendo estes serem prontamente comunicados.”

Mulheres policiais merecem bem mais que um dia. Que tal políticas de igualdade?

Com todos os problemas que temos lá vem mais uma proposta instituindo dia comemorativo, é o caso do [PL 4811/2020](#), de autoria do senador Álvaro Dias (PODEMOS/PR), que institui o Dia Nacional da Mulher Policial Brasileira.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Políticas públicas para Povos e Comunidades Tradicionais

PL 4839/2020, de autoria do deputado Felipe Carreras (PSB/PE), estabelece diretrizes para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Segundo a justificativa, o projeto foi apresentado com o intuito de que as políticas públicas orientadas para os povos tradicionais tenham em seu norte a promoção sustentável tanto ambiental quanto dos valores destes povos.

Proteção aos Povos Indígenas

A Emenda Modificativa (EMC 181/2020) de autoria do deputado Jaques Wagner (PT/BA), dá nova redação à MPV 1005/2020, que dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas. A emenda define quem comporá essas barreiras sanitárias, argumentando que neste contexto conflitivo, agravado pela pandemia, é fundamental garantir que, além dos servidores públicos federais, apenas os funcionários civis e militares dos Estados e do Distrito Federal integrem as barreiras sanitárias, para maior eficiência e isenção das equipes.

Propostas tentam sustar resolução do governo que permite uso de agrotóxico proibido em mais de 50 países

PDL 444/2020 (deputado João Daniel - PT/SE e mais 7), PDL 443/2020 (deputado Alessandro Molon - PSB/RJ) e PDL 446/2020 (deputada Sâmia Bomfim - PSOL/SP e mais 9), sustentam a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que permite o uso dos estoques remanescentes em posse dos agricultores brasileiros de produtos à base de Paraquate, para a safra 2020-2021. Não bastasse a liberação de mais de uma centena de agrotóxicos, vários deles proibidos em dezenas de países do mundo, o governo ainda quer retardar decisão que impedia o uso do produto.

Proposta regulamenta uso adulto e autocultivo da maconha

Sugestão (SUG 25/2020) cadastrada no Portal E-Cidadania, sugere a regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha. A proposta recebeu o apoio de mais de 20 mil pessoas sendo, portanto, incluída para debate.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Estudantes sob controle: uma escola vigiada é a proposta



O mesmo deputado, Deuzinho Filho (REPUBLIC/CE), apresentou um PL que estabelece diretrizes gerais de segurança e de vigilância eletrônica nas escolas públicas e privadas de educação básica. A justificativa PL 4858/2020 é baseada na violência no ambiente escolar, é bastante confusa. O autor se utiliza de artigos e estudos que iriam contra sua proposta, como argumento para defendê-la.

Mais quatro propostas sustentam o decreto que altera a Política Nacional de Educação Especial

PDL 440/2020 (deputado Célio Studart - PV/CE), PDL 445/2020 (deputada Natalia Bonavides - PT/RN), PDL 449/2020 (Erika Kokay - PT/DF) e PDL 441/2020 (senador Paulo Rocha -PT/PA, Senadora Zenaide Maia - PROS/RN e Senador Humberto Costa - PT/PE) sustentam a aplicação do Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que Institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”. Com isso temos 11 propostas na Câmara e 2 no Senado.

Um número telefônico específico para denúncia de violência contra idosos

Deuzinho Filho (REPUBLIC/CE) apresentou o PL 4861/2020, que altera o Estatuto do Idoso, para regular a divulgação do serviço telefônico de denúncias a respeito de violência contra pessoas idosas. Mas o Senado acabou de rejeitar proposta semelhante, por considerar que seria mais efetivo o aprimoramento do Disque 100 para atender melhor esse tipo de denúncia.

Projeto pretende sustar decisão do Conama que retira proteção de restingas e manguezais

PDL 439/2020, de autoria do deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP) e mais 28 parlamentares, susta as decisões do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que alterou e revogou resoluções existentes que protegiam manguezais e restingas. Nos últimos radares, divulgamos outras propostas que foram no mesmo sentido.

VALE A PENA CONFERIR!

> Conjur

Boletim de Notícias: [TJ-RJ anula lei municipal que proibiu ensino de gênero em escolas](#)

> CNJ

Notícias CNJ: [Capacitação em gênero será obrigatória para atuação em Varas de Violência Doméstica](#)

> Justificando

Matéria: [Mais uma pauta sobre Aborto Legal na mesa do STF](#)

> UOL

Matéria: [Às vésperas de eleição, Brasil assinará declaração antiaborto com Trump](#)

> Marco Zero

Projeto [Adalgisas: Justiça eleitoral lança ofensiva contra candidaturas coletivas](#)

> Mandata Coletiva

[Chapa coletiva de 5 mulheres para a prefeitura de Águas Lindas/GO, candidatas pelo PSOL](#)



Radarelaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).